

**Votener - Votorantim Comercializadora
de Energia Ltda.**

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019
e relatório dos auditores independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes relacionadas

Chamamos atenção para a nota explicativa 11 às demonstrações financeiras, que descreve que a Empresa mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Empresa e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto



Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.

com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiros (IFRS), emitidas pelo *Internation Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.



Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 30 de março de 2020

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2



Índice

Demonstrações financeiras

Balço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Demonstração do valor adicionado	10

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais.....	11
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	11
2.1	Base de apresentação	11
2.2	Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras	11
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	12
3.1	IFRS 16 / CPC 06 – “Arrendamentos”	12
3.2	IFRIC 23 / ICPC 22 – “Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro”	12
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	12
5	Gestão de risco financeiro.....	13
5.1	Fatores de risco financeiro	13
5.2	Estimativa do valor justo	14
5.3	Demonstrativo da análise de sensibilidade	16
5.4	Gestão de capital.....	17
6	Instrumentos financeiros por categoria	17
7	Qualidade de créditos dos ativos financeiros.....	18
8	Caixa e equivalentes de caixa	19
9	Contas a receber de clientes	19
10	Tributos a recuperar	21
11	Partes relacionadas	22
12	Instrumentos financeiros – compromisso firme	23
13	Imobilizado	24
14	Intangível.....	26
15	Arrendamento mercantil.....	27
16	Fornecedores.....	27
17	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	28
18	Receita diferida – obrigação por performance	29
19	Provisões	30
20	Patrimônio líquido.....	31
21	Receita	31
22	Abertura do resultado por natureza	32
23	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32
24	Resultado financeiro líquido	33
25	Benefícios de plano de pensão.....	33
26	Seguros	33
27	Eventos Subsequentes	33

	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	37.630	69.363	Arrendamento mercantil	15 (b)	1.346	
Contas a receber de clientes	9	444.581	444.337	Fornecedores	16	267.788	269.471
Tributos a recuperar	10	6.964	8.616	Salários e encargos sociais		11.021	12.409
Instrumentos financeiros - compromisso firme	12		85.630	Tributos a recolher		8.250	9.799
Partes relacionadas	11	27.122	222.621	Partes relacionadas	11	125.371	112.733
Outros ativos		22.250	1.363	Instrumentos financeiros - compromisso firme	12	54.341	
		<u>538.547</u>	<u>831.930</u>	Receita diferida - obrigação por performance	18	31.782	243.359
				Outros passivos		1.414	2.405
						<u>501.313</u>	<u>650.176</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Arrendamento mercantil	15 (b)	2.831	
Tributos a recuperar	10	430	405	Provisões	19	1.325	2.405
Instrumentos financeiros - compromisso firme	12	29.267		Instrumentos financeiros - compromisso firme	12		43.656
Imposto de renda e contribuição social	17 (b)	13.530		Imposto de renda e contribuição social	17 (b)		9.547
Partes relacionadas	11		10.776	Receita diferida - obrigação por performance	18		29.071
Outros ativos		10		Outros passivos		6.206	3.027
		<u>43.237</u>	<u>11.181</u>			<u>10.362</u>	<u>87.706</u>
Investimentos		109	109	Total do passivo		<u>511.675</u>	<u>737.882</u>
Imobilizado	13	34.244	35.856				
Intangível	14	2.391	660	Patrimônio líquido	20		
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	15 (a)	4.070		Capital social		53.383	53.383
		<u>84.051</u>	<u>47.806</u>	Reservas de lucros		<u>57.540</u>	<u>88.471</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>110.923</u>	<u>141.854</u>
Total do ativo		<u>622.598</u>	<u>879.736</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>622.598</u>	<u>879.736</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.
 Demonstração do resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2019	2018
Receita líquida da venda de energia e dos serviços prestados	21	4.192.510	4.402.125
Custo de compra de energia e dos serviços prestados	22	(4.078.045)	(4.264.128)
Lucro bruto		114.465	137.997
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	22	(80.810)	(71.774)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	(56.354)	46.488
		(137.164)	(25.286)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		(22.699)	112.711
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial			(5.986)
			(5.986)
Resultado financeiro líquido	24		
Receitas financeiras		96.224	101.891
Despesas financeiras		(115.167)	(115.961)
		(18.943)	(14.070)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(41.642)	92.655
Imposto de renda e contribuição social			
	17 (a)		
Correntes		(12.366)	(18.128)
Diferidos		23.077	(17.071)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(30.931)	57.456
Quantidade média ponderada de quotas - milhares		5.338	28.050
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil quotas, em reais		(5.794,49)	2.048,34



Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(30.931)	57.456
Total do resultado abrangente do exercício	(30.931)	57.456

	Reservas de lucros				Patrimônio líquido
	Capital social	De incentivos fiscais	Retenção	Lucros (prejuízos) acumulados	
Em 1º de janeiro de 2018	408.430	3.289	182.726		594.445
Lucro líquido exercício				57.456	57.456
Total do resultado abrangente do exercício				57.456	57.456
Cisão parcial	(315.047)				(315.047)
Capitalização de reserva	80.000		(80.000)		
Redução de capital	(120.000)				(120.000)
Dividendos deliberados			(75.000)		(75.000)
Constituição de reserva de incentivos fiscais		943		(943)	
Retenção de lucros			56.513	(56.513)	
Total de contribuições e distribuições aos quotistas	(355.047)	943	(98.487)	(57.456)	(510.047)
Em 31 de dezembro de 2018	53.383	4.232	84.239		141.854
Prejuízo do exercício				(30.931)	(30.931)
Compensação de prejuízo			(30.931)	30.931	
Em 31 de dezembro de 2019	53.383	4.232	53.308		110.923

Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.
Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(41.642)	92.655
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Juros e variações monetárias		109	(1.616)
Equivalência patrimonial			5.986
Depreciação e amortização	13, 14 e 15	4.580	801
Ajuste a valor presente de arrendamentos	15 (b)	633	
Reversão de provisões trabalhistas	19 (a)	(1.124)	
Provisão para perda de investimentos - FINOR			4.104
Perda (reversão) estimada com crédito de liquidação duvidosa	9 (a)	(445)	
Instrumentos financeiros - compromisso firme	12	67.048	(43.974)
		<u>29.159</u>	<u>57.956</u>
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		201	(65.302)
Tributos a recuperar		1.627	(1.461)
Demais créditos e outros ativos		(21.020)	(361)
Acréscimo (decréscimo) em passivos			
Fornecedores		(1.683)	4.448
Salários e encargos sociais		(1.388)	(93)
Tributos a recolher		(3.006)	(7.940)
Partes relacionadas		12.638	188.699
Liquidação de Provisões	19 (a)	(65)	
Demais obrigações e outros passivos		(32.184)	10.818
		<u>(15.721)</u>	<u>186.764</u>
Caixa proveniente e das (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(15.721)</u>	<u>186.764</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(10.909)</u>	<u>(16.374)</u>
		<u>(26.630)</u>	<u>170.390</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	13	(2.202)	(8.224)
Aquisição de quotas - FINOR			(943)
		<u>(2.202)</u>	<u>(9.167)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(2.202)</u>	<u>(9.167)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital			(120.000)
Liquidação arrendamentos	15 (b)	(2.901)	
Pagamento de dividendos			(75.000)
		<u>(2.901)</u>	<u>(195.000)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(2.901)</u>	<u>(195.000)</u>
		<u>(31.733)</u>	<u>(33.777)</u>
Decréscimo em caixa e equivalentes de caixa		<u>(31.733)</u>	<u>(33.777)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>69.363</u>	<u>103.140</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>37.630</u>	<u>69.363</u>
Principais transações que não afetaram caixa			
Capitalização de reservas			80.000

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.
 9 de 34

	Nota	2019	2018
Receitas			
Vendas de energia e serviços prestados	21	4.700.330	4.941.691
Outras receitas operacionais		10.694	943
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	9	445	6.976
		<u>4.711.469</u>	<u>4.949.610</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Compra de energia elétrica para revenda e serviços prestados		(4.078.489)	(4.264.037)
Serviços de terceiros e outros		(29.130)	(29.425)
		<u>(4.107.619)</u>	<u>(4.293.462)</u>
Valor adicionado bruto		603.850	656.148
Instrumentos financeiros - compromisso firme	12	(67.048)	43.974
Depreciação e amortização	13,14 e 15	(4.580)	(801)
Valor adicionado líquido produzido		532.222	699.321
Valor adicionado recebido em transferência			
Equivalência patrimonial			(5.986)
Receitas financeiras	24	96.224	101.891
		<u>96.224</u>	<u>95.905</u>
Valor adicionado total a distribuir		628.446	795.226
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos sociais	22 (a)		
Remuneração direta		29.853	28.051
Encargos sociais		12.309	11.598
Benefícios		4.286	4.159
		<u>46.448</u>	<u>43.808</u>
Impostos e contribuições			
Federais		439.181	466.741
Estaduais		81.541	90.784
Municipais		117	169
Diferidos	17 (a)	(23.077)	17.071
		<u>497.762</u>	<u>574.765</u>
Remuneração de capitais de terceiros			
Despesas financeiras	24	115.167	115.961
Aluguéis			3.236
		<u>115.167</u>	<u>119.197</u>
Remuneração de capitais próprios			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(30.931)	57.456
		<u>(30.931)</u>	<u>57.456</u>
Valor adicionado distribuído		628.446	795.226

1 Considerações gerais

A Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. ("Empresa" ou "Votener") tem por objetivo a comercialização de energia elétrica, prestação de serviços de intermediação de negócios e assessoria relacionados à comercialização de energia elétrica.

A Empresa é controlada direta da Votorantim Geração de Energia S.A. ("VGE"), e indireta da Votorantim S.A. ("Controladora" ou "VSA"). A VSA é uma companhia de capital fechado, integralmente controlada pela família "Ermírio de Moraes", e que constitui a *holding* das empresas Votorantim, com sede na cidade de São Paulo, Brasil.

As atividades da Votener são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- Ambiente de Contratação Regulada ("ACR");
- Ambiente de Contratação Livre ("ACL");
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE");
- Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR").

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2019, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) e interpretações "IFRIC", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Empresa divulga espontaneamente sua demonstração do valor adicionado ("DVA"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras. Para as práticas internacionais, esta demonstração é apresentada como informação adicional, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, inclusive compromissos firmes de compra e venda de energia, foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 26 de fevereiro de 2020.

2.2 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Empresa é o Real ("R\$").

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

As alterações das normas existentes a seguir descritas foram publicadas e são obrigatórias a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas.

3.1 IFRS 16 / CPC 06 (R2) – “Arrendamentos”

(i) Principais pontos introduzidos pela norma

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, esta norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.

(ii) Impactos

A Empresa realizou as análises necessárias para identificar os contratos de arrendamento existentes, bem como o enquadramento dos mesmos no conceito da norma e adotou o IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada que não requer a reapresentação dos saldos comparativos, onde os ativos e passivos são registrados com mesmo valor no momento inicial, sem qualquer efeito no patrimônio líquido, a Empresa reconheceu o montante de R\$ 11.106 referente aos ativos de direito de uso e de passivos com contratos de arrendamento, cujos valores foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes dos arrendamentos, descontados com base na taxa de empréstimo incremental. A Empresa aplicou o custo médio das obrigações ativas em 01 de janeiro de 2019 (7,70% a.a.) para todos os arrendamentos.

3.2 IFRIC 23 / ICPC 22 – “Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro”

(i) Principais aspectos introduzidos pela norma

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, essa interpretação esclarece a forma como devem ser aplicados os requisitos de reconhecimento e de mensuração do CPC 32 – Impostos sobre o Lucro, quando existe incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento. Nessas circunstâncias, a Companhia deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo por impostos corrente ou diferido aplicando os requisitos do CPC 32 – “Impostos sobre o Lucro”, com base no lucro tributável (perda fiscal), na matéria coletável, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas taxas de imposto determinados em aplicação desta interpretação.

(ii) Impactos na adoção

A Empresa aderiu a norma a partir de sua vigência em 1º de janeiro de 2019, no entanto, com base no entendimento realizado pela Administração, não há impacto material na contabilização de posições incertas sobre os impostos sobre o lucro em razão da adoção desta nova interpretação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

- (i) Contas a receber de clientes (Nota 9)
- (ii) Instrumentos financeiros – compromisso firme (Nota 12)
- (iii) Imobilizado (Nota 13)
- (iv) Intangível (Nota 14)
- (v) Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 17)
- (vi) Provisões (Nota 19)

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa estão expostas a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado; (b) risco de crédito e (c) risco de liquidez.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco de mercado, a Empresa segue a Política Financeira Votorantim, aprovada pelo Conselho de Administração da VSA, com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de mercado

A Empresa adota política específica para a gestão de riscos de mercado de energia, aprovada pelo Conselho de Administração da VGE, a qual estabelece parâmetros que visam o controle da exposição da carteira de compra e venda de energia da comercializadora assim como seus riscos inerentes, decorrentes da variação dos preços *spot* de energia, das projeções de preços futuros e da composição do lastro de energia para planos futuros.

(b) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição a risco de crédito de contrapartes e emissores. A Empresa tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração da VSA.

A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 7. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

São realizadas análises de crédito iniciais dos clientes e, quando necessário, são obtidas garantias para proteger os interesses da Empresa.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a Política Financeira Votorantim, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Empresa no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos são incluídos na análise quando seus vencimentos contratuais são essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários.

Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados, esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2019				
Arrendamento mercantil	1.401	2.692	836	4.929
Fornecedores	267.788			267.788
Partes relacionadas	125.371			125.371
	<u>394.560</u>	<u>2.692</u>	<u>836</u>	<u>398.088</u>
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores	269.471			269.471
Partes relacionadas	112.733			112.733
	<u>382.204</u>			<u>382.204</u>

5.2 Estimativa do valor justo

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

Ativos financeiros - considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

Passivos financeiros - estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de débitos com vencimentos e termos similares.

Instrumento financeiro - compromisso firme - O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda; (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

A Empresa divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo foram classificados no nível 1 e 2 de hierarquia do valor justo, vide classificação abaixo.

	Nota	Valor justo medido com base em						2019
		Preços cotados em mercado ativo (Nível 1)		Técnica de valoração suportada por preços observáveis (Nível 2)		Valor justo		
		2019	2018	2019	2018	2019	2018	
Ativo								
Caixa e equivalente de caixa	8	37.630	69.363			37.630	69.363	
Instrumento financeiro - compromisso firme	12			29.267	85.630	29.267	85.630	
		<u>37.630</u>	<u>69.363</u>	<u>29.267</u>	<u>85.630</u>	<u>66.897</u>	<u>154.993</u>	
Passivo								
Instrumento financeiro - compromisso firme	12			54.341	43.656	54.341	43.656	

5.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em caixa e equivalentes de caixa e de compromisso firme – energia elétrica são (i) a exposição à flutuação das taxas de juros e (ii) a exposição dos contratos de compra e venda de energia elétrica. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo as Políticas Financeiras da VSA.

Os cenários em 31 de dezembro de 2019 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2019, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2020;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2019;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2019.

Fatores de risco	Equivalentes de caixa	Principal de instrumentos financeiros - compromisso firme	Unidade	Impactos no resultado						
				Choque nas curvas de 2019	Resultados do cenário I	Cenários II & III				
						-25%	-50%	+25%	+50%	
Taxas de juros										
CDI	37.462		BRL mil	- 16 bps	(60)	(412)	(824)	412	824	
Compromisso firme - energia elétrica										
Contratos de compra e venda - valor justo		(25.074)	BRL mil			(163)	(333)	156	306	

5.4 Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de oferecer, de maneira consistente, retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seus custos.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Empresa pode propor para aprovação da Administração, a revisão do valor dos lucros distribuídos a serem pagos, a devolução do capital aos quotistas, a emissão de novas quotas ou a venda de ativos.

6 Instrumentos financeiros por categoria

Política contábil

As compras e vendas normais de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, se houver, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro líquido" no exercício em que ocorrem, exceto Instrumentos financeiros – Compromisso firme, que é apresentado em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

Classificação, reconhecimento e mensuração

A Empresa classifica seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os mesmos foram adquiridos e determina a classificação destes no seu reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias:

(i) Custo amortizado

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais e para os quais os termos contratuais do ativo financeiro originam, em datas específicas, fluxos de caixa principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros.

Instrumento financeiro – compromisso firme

A Empresa realiza operações de compra e venda de energia para atender a demanda de investidas da VSA e do mercado. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9/CPC 48 – “Instrumentos financeiros” e são reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Nota	2019	2018
Ativo			
Ao custo amortizado			
Contas a receber de clientes	9	444.581	444.337
Partes relacionadas	11	27.122	233.397
		<u>471.703</u>	<u>677.734</u>
Ao valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	8	37.630	69.363
Instrumentos financeiros - compromisso firme	12	29.267	85.630
		<u>66.897</u>	<u>154.993</u>
Passivo			
Ao custo amortizado			
Fornecedores	16	267.788	269.471
Partes relacionadas	11	125.371	112.733
Arrendamento mercantil	15 (b)	4.177	
		<u>397.336</u>	<u>382.204</u>
Ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros - compromisso firme	12	54.341	43.656
		<u>54.341</u>	<u>43.656</u>

7 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas:

	Rating local	
	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa		
AAA	37.606	69.351
AA+	8	7
AA	13	5
AA-	3	
	<u>37.630</u>	<u>69.363</u>

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura da *Standard & Poor's* e *Fitch Ratings*.

8 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

	<i>Rating local</i>	
	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa		
AAA	37.606	69.351
AA+	8	7
AA	13	5
AA-	3	
	<u>37.630</u>	<u>69.363</u>

As quotas de fundo de investimento pertencem a um fundo exclusivo da Votorantim. O controle das operações deste fundo exclusivo é feito pela tesouraria da VSA, e as operações são compostas substancialmente por certificados de depósitos bancários, operações compromissadas e títulos públicos.

	2019	2018
Quotas de fundos de investimento		
Operações compromissadas - Títulos públicos	35.544	39.045
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	1.918	30.289
	<u>37.462</u>	<u>69.334</u>

9 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores pela transação de comercialização de energia elétrica ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

A Empresa não possui histórico de perdas de contas a receber de clientes e por esse motivo, não há indícios de perdas estimadas de crédito para as contas a receber de clientes, conforme estabelecido pelo IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Ainda assim, mensalmente a área de Planejamento e Gestão Financeira da Empresa analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como *impairment*.

(a) Composição

	Nota	2019	2018
Clientes nacionais		278.084	285.108
Créditos a receber com a CCEE		27.610	55.224
Partes relacionadas	11	138.887	104.450
		444.581	444.782
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa			(445)
		444.581	444.337

Clientes nacionais e partes relacionadas são representados, substancialmente por contas a receber negociados pela Empresa no ambiente de comercialização livre. Normalmente, possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

Créditos a receber com a CCEE decorrem do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas e custo apurados mensalmente por meio das exposições energéticas (diferença entre volume comprado e vendido), podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados dentro do prazo de 45 dias.

(b) Vencimentos de contas a receber

	2019	2018
A vencer	419.518	393.737
Vencidos até 3 meses	25.058	50.838
Vencidos entre 3 a 6 meses	5	122
Vencidos há mais de 6 meses		85
	444.581	444.782

As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela CCEE e ANEEL.

No caso das vendas no mercado livre, após o vencimento, há a incidência de multa sobre o valor das faturas em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA ou IGPM (dependendo do tipo de contrato) desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, incluindo também juros de mora.

(c) Qualidade dos créditos de contas a receber “a vencer”

	2019	2018
Risco médio	55.429	89.421
Risco baixo	364.089	304.316
	419.518	393.737

Os valores citados acima referem-se a itens de clientes nacionais não vencidos e não *impaired*, com exceção dos saldos de partes relacionadas.

A qualidade dos riscos de crédito é definida conforme modelos estatísticos internos de *risk scoring*, dentro dos padrões de risco aceitáveis pela Empresa.

Risco médio - clientes onde não é possível fazer uma avaliação de crédito satisfatória, porém com alto vínculo regulatório e liquidação ao mercado de curto prazo (CCEE).

Risco baixo - clientes com uma avaliação de crédito satisfatória dentro dos limites definidos pela política aprovada pela Administração da Empresa.

10 Tributos a recuperar

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da entidade os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (i)	4.860	
Programa de Integração Social - PIS (i)	1.160	
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - IRPJ e CSLL	910	8.582
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	430	405
Outros	34	34
	<u>7.394</u>	<u>9.021</u>
Circulante	6.964	8.616
Não circulante	430	405
	<u>7.394</u>	<u>9.021</u>

(i) Recuperação de crédito de PIS/COFINS sobre contratos de intermediação de energia.

11 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Empresa em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Empresa. No curso normal das operações, a Empresa realiza contratos com partes relacionadas (coligadas, joint ventures e acionistas), relacionados à compra e venda de produtos e serviços, empréstimos, arrendamento de bens, venda de matéria-prima e de serviços

	Contas a receber de clientes		Ativo circulante e não circulante		Passivo circulante e não circulante		Vendas		Compras		Receita Financeira	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Sociedade controladora												
Votorantim S.A.					792	283				3.935		
Sociedades coligadas												
Baesa- Energética Barra Grande S.A.	1.161	1.161					25.058	29.054	57.118			
Campos Novos Energia S.A.	7.421	765					80.669	9.789				
CBA Energia Participações S.A.	6.996				6.653		6.996					
Citrosuco S.A. Agroindústria	71	71					37.896	26.393				
Citrovita Agroindustrial	4.281	2.500				116	1.805					
Companhia Brasileira de Alumínio	82.251	79.364	27.122	233.397	107.456	80.656	1.012.941	1.004.940	1.219.439	1.101.140	90.624	90.624
Companhia Energética de São Paulo	2.121				3.955		12.588		45.059	4.534		
LD.Q.S.P.E Empreendimentos e Participações Ltda	1.177				1.202		5.553		12.950			
LD.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	1.192						11.935		124			
LD.R.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	1.312						7.792					
Metalex Ltda.	188	2.173						1.159				
Nexa Recursos Minerais S.A	2.291	1.603					15.489	37.182				
Santa Cruz Ceração de Energia S.A.					3.709	3.586			1.267			
Fibra Celulose S.A. (atualmente Suzano S.A.)		1.551				13.240		33.114		2.695		
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.	21				236	1.724	103		3.612	1.627		
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	26				77	1.711	203	1.509	863	1.821		
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	25				178	1.718	129		1.940	1.563		
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	25				264	1.734	183	2.065	2.864	1.564		
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	6	26			10	244	111	26	704	358		
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	9	41			17	383	110	41	669	325		
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	10	44			19	413	152	44	938	382		
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	6	30			10	279	163	30	1.076	233		
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	22	22			10	205	164	22	149	201		
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	8	36			15	344	109	36	680	292		
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	8	33			14	311	71	33	402	268		
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	9	47			16	443	213	47	1.418	811		
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	101	31			5	296	711	31	97	3.610		
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A.	22				354	1.801	120		5.445	1.779		
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	9				181	1.665	133		2.226	1.511		
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	24				62	1.697	196	2.193	710	1.578		
Ventos de São Virgílio II Energias Renováveis S.A.	11				20		216		1.090			
Votorantim Cimentos N/ NE S.A.	8.122	1.210					31.920	53.639	16.986	12.336		
Votorantim Cimentos S.A.	19.961	13.742					273.087	263.542				
	138.887	104.450	27.122	233.397	125.371	112.733	1.526.816	1.464.889	1.377.826	1.142.563	90.624	90.624
Circulante	138.887	104.450	27.122	222.621	125.371	112.733	1.526.816	1.464.889	1.377.826	1.142.563	90.624	90.624
Não circulante				10.776								
	138.887	104.450	27.122	233.397	125.371	112.733	1.526.816	1.464.889	1.377.826	1.142.563	90.624	90.624

12 Instrumentos financeiros – compromisso firme

A Empresa opera no ACR e participou do 13º leilão de compra de energia elétrica realizado em 30 de abril de 2014 (“Leilão A-0/ 2014”), no qual, mediante compromisso firme, efetuou vendas para fornecimento até dezembro de 2019.

Estas transações resultaram em ganho com venda de excedente de energia, que foi reconhecido pelo seu valor justo na data da transação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de compra e venda de energia, totalizou despesa no montante de R\$ 31.051, tendo como contrapartida o reconhecimento das receitas de venda pela realização destes contratos. Adicionalmente, devido a migração de certos clientes do mercado regulado para o mercado livre foi reconhecida uma reversão do ganho inicial no montante de R\$ 1.484. Estes valores foram contabilizados como perda na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” (Nota 23).

As demais operações realizadas pela Empresa até 2022 no ACL, foram da mesma forma reconhecidas ao valor justo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a realização do valor justo resultou na despesa de R\$ 80.619, tendo como contrapartida o reconhecimento das receitas de venda pela entrega física da energia. Adicionalmente, a nova posição na data do balanço, decorrente da entrada de novos contratos de compras e venda, resultou em ganho de R\$ 46.106. Estes valores foram contabilizados como perda na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” (Nota 23).

	2019			2018		
	Leilão A-0/ 2014	Demais operações	Total	Leilão A-0/ 2014	Demais operações	Total
Realização	(31.051)	(80.619)	(111.670)	(34.125)	(40.690)	(74.815)
Reconhecimento		46.106	46.106		118.389	118.389
Reversão	(1.484)		(1.484)	400		400
	<u>(32.535)</u>	<u>(34.513)</u>	<u>(67.048)</u>	<u>(33.725)</u>	<u>77.699</u>	<u>43.974</u>

	2019			2018		
	Leilão A-0/ 2014	Demais operações	Total	Leilão A-0/ 2014	Demais operações	Total
Ativo						
Circulante				32.535	53.095	85.630
Não circulante		29.267	29.267			
		29.267	29.267	32.535	53.095	85.630
Passivo						
Circulante		(54.341)	(54.341)			
Não circulante					(43.656)	(43.656)
		(54.341)	(54.341)		(43.656)	(43.656)
Saldo líquido		<u>(25.074)</u>	<u>(25.074)</u>	<u>32.535</u>	<u>9.439</u>	<u>41.974</u>

13 Imobilizado

Política contábil

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Com exceção dos terrenos, que não são depreciados, a depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Empresa para determinar o valor recuperável.

Perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – “UGC”). Os ativos não financeiros, que tenham sido impactados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Não identificamos a necessidade de provisões para *impairment* adicionais ou reversões de provisões anteriormente realizadas para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

						2019	2018
	Terras, terrenos e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Obras em andamento	Total	Total
Saldo no início do exercício							
Custo	8.627	834	28	1.886	25.470	36.845	28.966
Depreciação acumulada		(638)	(5)	(346)		(989)	(473)
Saldo líquido	8.627	196	23	1.540	25.470	35.856	28.493
Adições					2.202	2.202	8.224
Depreciação		(161)	(101)	(378)		(640)	(516)
Transferências (i)			1.966		(5.140)	(3.174)	(345)
Saldo final	8.627	35	1.888	1.162	22.532	34.244	35.856
Custo	8.627	834	1.994	1.886	22.532	35.873	36.845
Depreciação acumulada		(799)	(106)	(724)		(1.629)	(989)
Saldo líquido no final do exercício	8.627	35	1.888	1.162	22.532	34.244	35.856
Taxas médias anuais de depreciação - %		20	10	20			

- (i) Transferências realizadas da classe de “Obras em andamento” para a classe de “Móveis e utensílios”, do imobilizado, bem como a classe de “Softwares” do intangível.

(b) Obras em andamento

	2019	2018
Projeto Corumbá - GO (i)	20.355	19.495
Projetos de tecnologia da informação (ii)	2.177	4.209
Mudança do centro corporativo - SP		1.766
	<u>22.532</u>	<u>25.470</u>

Apresentamos a seguir os projetos em andamento:

(i) O Projeto Corumbá tem como objetivo viabilizar o aproveitamento de pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) no Rio Corumbá, no estado de Goiás. Em 2017 e 2018, após etapa concorrencial realizada pela ANEEL, do total de 17 PCHs do projeto, a Empresa venceu a disputa de 11 PCHs. As 11 PCHs totalizam aproximadamente 265 MW de capacidade instalada e 160 MW médios de energia assegurada.

(ii) Os projetos de TI visam a automatização e ganho de produtividade em processos da Empresa, com a implementação de novas tecnologias voltadas ao relacionamento com o cliente, planejamento financeiro, *Big Data*, entre outras.

14 Intangível**Política contábil****Softwares**

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(a) Composição e movimentação

	2019	2018
	Softwares	Softwares
Saldo no início do exercício		
Custo	1.138	793
Amortização acumulada	(478)	(193)
Saldo líquido	<u>660</u>	<u>600</u>
Amortização	(1.443)	(285)
Transferências (i)	3.174	345
Saldo final	<u>2.391</u>	<u>660</u>
Custo	4.313	1.138
Amortização acumulada	(1.922)	(478)
Saldo líquido no final do exercício	<u>2.391</u>	<u>660</u>
Taxa média anual de amortização - %	20	20

(i) Transferências realizadas da classe de “Obras em andamento” do imobilizado.

15 Arrendamento mercantil

Conforme Nota 3.1, a Empresa adotou o pronunciamento técnico IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, com aplicação prospectiva.

(a) Direito de uso sobre contratos de arrendamento

	2019		
	Imóveis, edifícios e salas		
	comerciais	Veículos	Total
Adoção inicial	10.683	423	11.106
Amortização	(2.367)	(130)	(2.497)
Baixa (i)	(4.538)		(4.538)
Saldo final	3.778	293	4.071
Custo	6.145	422	6.567
Amortização acumulada	(2.367)	(130)	(2.497)
Saldo líquido do ativo no final do exercício	3.778	292	4.070
Taxas médias anuais de amortização - %	26	31	

- (i) Em novembro de 2019 a Empresa realizou a transferência de contrato de aluguel de imóvel para a Controladora VGE, com reconhecimento nos grupos de “Direito de uso sobre contratos de arrendamento” e “Arrendamento mercantil”.

(b) Arrendamentos

	2019
Adoção inicial	11.106
Liquidações	(2.901)
Baixa	(4.661)
Juros provisionados	633
Saldo no final do exercício	4.177
Passivo circulante	1.346
Passivo não circulante	2.831
	4.177

(c) Perfil de vencimento

	2020	2021	2022	2023	Total
Real	1.346	1.163	1.052	616	4.177
	1.346	1.163	1.052	616	4.177

16 Fornecedores

	2019	2018
Fornecedores nacionais	267.788	269.471
Partes relacionadas	125.371	112.733
	393.159	382.204

17 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A Empresa está sujeita ao imposto de renda, e a contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Empresa também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	2019	2018
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(41.642)	92.655
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	14.158	(31.503)
Incentivo fiscal	252	461
Subvenção para investimento - FINOR		321
Equivalência patrimonial		(2.035)
Outras adições permanentes, líquidas	(3.699)	(2.443)
IRPJ e CSLL apurados	10.711	(35.199)
Correntes	(12.366)	(18.128)
Diferidos	23.077	(17.071)
IRPJ e CSLL no resultado	10.711	(35.199)
Taxa efetiva %	(25,72%)	37,99%

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

	2019	2018
Créditos tributários sobre diferenças temporárias		
Provisões tributárias, cíveis e trabalhistas	451	818
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa		151
Provisão de participação no resultado - PPR	4.476	3.755
Instrumento financeiro - compromisso firme	8.525	(14.271)
Outros créditos	78	
Impostos diferidos líquidos	13.530	(9.547)
Impostos diferidos ativos líquidos	13.530	
Impostos diferidos passivos líquidos		(9.547)

(c) Efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	2019	2018
Saldo no início do exercício	(9.547)	7.524
Efeito no resultado	23.077	(17.071)
Saldo no final do exercício	13.530	(9.547)

18 Receita diferida – obrigação por performance**Política contábil**

A receita diferida, oriunda da antecipação de recebíveis com instituições financeiras, representa uma obrigação que a Empresa tem de entregar fisicamente a energia elétrica já vendida aos clientes e conseqüentemente repassar a instituição financeira o valor recebido pela venda de energia. A obrigação é realizada mensalmente, após a transferência da energia ao cliente e conseqüente repasse financeiro a instituição financeira.

	2019	2018
Circulante	31.782	243.359
Não circulante		29.071
	<u>31.782</u>	<u>272.430</u>

Em dezembro de 2014, a Empresa cedeu a uma instituição financeira os direitos creditórios com vencimento até dezembro de 2019 decorrentes de alguns contratos de CCEAR equivalentes ao montante de R\$ 1.252.951, sem qualquer direito de regresso e/ou tipo de coobrigação da Empresa. Pela cessão dos direitos creditórios a Empresa recebeu o valor total de R\$ 904.926, sendo que os juros a apropriar da operação foram reconhecidos pró-rata ao resultado durante o prazo do contrato.

Em maio de 2015, a Empresa realizou a segunda operação de cessão de créditos, sem qualquer direito de regresso e/ou tipo de coobrigação da controlada, no valor total de R\$ 367.583. Pela cessão dos direitos creditórios a Empresa recebeu o montante total de R\$ 251.222, sendo que os juros a apropriar da operação são reconhecidos pró-rata ao resultado durante o prazo do contrato.

19 Provisões

Política contábil

A Empresa tem envolvimento em processos tributários, cíveis, trabalhistas e outras ações judiciais que se encontram em instâncias diversas. As provisões constituídas para fazer face às potenciais perdas decorrentes dos processos em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e quando possuem provisão correspondente são apresentados de forma líquida em “Provisões”. Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante, quando aplicável.

Provisões de ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista

As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Empresa considere sua divulgação justificada. A classificação das perdas entre prováveis, possíveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do exercício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

(a) Composição e movimentação

				2019	2018
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Saldo no início do exercício	49	2.313	43	2.405	2.272
Atualização monetária		108	1	109	133
Reversões		(1.124)		(1.124)	
Liquidações	(49)	(16)		(65)	
Saldo no final do exercício		<u>1.281</u>	<u>44</u>	<u>1.325</u>	<u>2.405</u>

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não há processos com probabilidade de perda avaliada como possível nos quais a Empresa esteja envolvida.

20 Patrimônio líquido**Política contábil****Capital social**

É representado exclusivamente por quotas que são classificadas no patrimônio líquido.

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o capital social subscrito e totalmente integralizado da Empresa é de R\$53.383, composto por 5.338.442 quotas.

21 Receita**Política contábil**

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas.

O IFRS 15 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e sua adoção pela Empresa não resultou em quaisquer alterações no prazo ou valor de reconhecimento de receita segundo o modelo IFRS 15 em comparação com a receita que seria reportada na IAS 18 “Receita”.

Para isso, a Empresa segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Os contratos de venda de energia da Empresa são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Empresa (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos fluirão para a Empresa.

	2019	2018
Receita bruta		
Venda de energia elétrica	4.697.987	4.938.312
Venda de serviços	2.343	3.379
	4.700.330	4.941.691
Impostos sobre vendas e serviços e outras deduções	(507.820)	(539.566)
Receita líquida	4.192.510	4.402.125

As receitas da Empresa são em sua totalidade em reais e dentro do mercado interno brasileiro.

22 Abertura do resultado por natureza

	2019			2018		
	Custo de compra de energia e dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de compra de energia e dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total
Custo com suprimento de energia	4.078.045		4.078.045	4.264.128		4.264.128
Despesas de benefícios a empregados		46.448	46.448		43.808	43.808
Depreciação, amortização e exaustão		4.580	4.580		801	801
Impostos e taxas		652	652		849	849
Serviços de terceiros		20.633	20.633		17.366	17.366
Outras despesas		8.497	8.497		8.950	8.950
	4.078.045	80.810	4.158.855	4.264.128	71.774	4.335.902

Despesas de benefícios a empregados

Política contábil

Participação dos empregados no resultado

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado como “Benefícios a empregados”.

	2019	2018
Remuneração direta	29.853	28.051
Encargos sociais	12.309	11.598
Benefícios	4.286	4.159
	46.448	43.808

23 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2019	2018
Instrumentos financeiros - compromisso firme (i)	(67.048)	43.974
Benefícios fiscais - FINOR		943
Recuperação de créditos de PIS/ COFINS (ii)	10.708	
Reversão de provisões judiciais	1.124	
Outras receitas (despesas) líquidas	(1.138)	1.571
	(56.354)	46.488

(i) A realização do instrumento financeiro é em contrapartida a receita de venda (Nota 12).

(ii) Recuperação de crédito de PIS/COFINS sobre contratos de intermediação de energia.

24 Resultado financeiro líquido**Política contábil****Receitas (despesas) financeiras**

Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência. A receita financeira decorrente de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é reconhecida conforme o prazo decorrido das operações, usando-se da taxa de juros efetiva.

	2019	2018
Receitas financeiras		
Juros sobre operações com partes relacionadas (Nota 11)	90.624	90.624
Receita de aplicações financeiras	4.176	10.052
Juros sobre ativos financeiros	1.412	1.212
Descontos obtidos	12	3
	<u>96.224</u>	<u>101.891</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre receita diferida - obrigação por performance	(98.927)	(98.927)
Encargos sobre operações de descontos	(9.241)	(11.210)
PIS e COFINS sobre resultado financeiro	(4.464)	(4.746)
Comissões sobre operações financeiras	(126)	(117)
Outras despesas financeiras, líquidas	(2.409)	(961)
	<u>(115.167)</u>	<u>(115.961)</u>
	<u>(18.943)</u>	<u>(14.070)</u>

25 Benefícios de plano de pensão

A Empresa patrocina planos de pensão previdenciários privados que são administrados pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes ("FUNSEJEM"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à FUNSEJEM são definidas de acordo com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,5% de sua remuneração mensal. Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à FUNSEJEM. Após terem sido efetuadas as contribuições ao plano, nenhum pagamento adicional é exigido pela Empresa.

26 Seguros

A Empresa mantém em vigor apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores, além de cobertura de seguros de riscos patrimoniais. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.

27 Eventos Subsequentes**Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)**

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e

impactos na economia mundial, a Companhia informa que, de acordo com um Plano Corporativo de Resposta a esta Pandemia, vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos nossos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios.

O Comitê de Crise da Companhia está tratando o assunto com o objetivo de coordenar as ações relacionadas ao plano de contingência buscando minimizar os riscos associados, bem como os impactos para os seus negócios. Estamos avaliando o assunto também junto aos nossos clientes, fornecedores e demais credores e até o momento não é possível estimar os eventuais impactos que a pandemia poderá trazer para o mercado em geral e para os nossos negócios.

Adicionalmente, considerando a análise das informações e dados que temos até o momento, não temos visibilidade de qualquer impacto em nossas Demonstrações Financeiras ou indícios que impliquem em mudanças em nossas estimativas contábeis decorrentes do COVID-19.

Por fim, informamos que até o presente momento, não tivemos impactos em nossas operações por conta do COVID-19. Entretanto, considerando que estamos expostos a riscos operacionais decorrentes da saúde de nossos colaboradores e terceiros, bem como estamos sujeitos à eventuais restrições legais que possam ser impostas como decorrência do COVID-19, não é possível assegurar que não seremos impactados em nossas operações ou se nosso resultado será afetado por reflexos futuros que a nova pandemia poderá provocar.